

# 1 Introdução

O objetivo deste estudo é analisar o significado do conceito de coisa em si mesma na *Crítica da razão pura*<sup>1</sup>. O que é justificado, antes, para esclarecer uma possível imprecisão do filósofo quanto aos termos utilizados por Kant para se referir ao objeto pensado nele mesmo. Isto é, por ora tratar a coisa em si e o nùmeno como sinônimos, ora por aproximar a definição do objeto transcendental da definição de coisa em si mesma. Contudo, para que possamos adotar uma postura verdadeiramente crítica é necessário não só entender o significado dentro do contexto do projeto crítico de Kant, mas também empreender uma investigação acerca da própria possibilidade de se pensar a coisa em si mesma e das implicações ontológicas de se aceitar como pressuposto a sua existência.

Portanto, proponho a análise das questões mais relevantes levantadas por outros filósofos sobre este tema em Kant. A partir destas novas interpretações tentaremos compreender melhor as definições e a função crítica dos conceitos de coisa em si mesma, objeto transcendental e nùmeno. Com este intuito, percorremos os principais momentos da *Crítica* em que os conceitos mencionados são apresentados e, também, as passagens que provocaram intensos debates sobre a consistência do idealismo transcendental.

Sem a pressa persecutória do acusador ávido por condenar Kant e seu idealismo, o princípio que nos guiou nesta Tese foi o de procurar obstinadamente as fundações sobre as quais a filosofia crítica se ergue. E neste caminho descobrimos no edifício crítico mais solidez, apesar dos longos e insistentes ataques que sofreu, do que inconsistências. Os que nos acompanharem nesta introdução encontrarão primeiro uma breve apresentação da questão da coisa em si e dos problemas por ela despertados. E, em seguida, a síntese de alguns resultados que esperamos alcançar.

---

<sup>1</sup> Quando nos referirmos à *Crítica da razão pura*, a partir de agora, a trataremos simplesmente por *Crítica*.

## 1.1.

### O númeno e a coisa em si mesma

A origem da discussão sobre a suposta identidade entre os conceitos de coisa em si mesma e númeno pode estar relacionada à interpretação dada a alguns trechos do *Prolegômenos* em que Kant parece se referir aos dois termos como sinônimos. Destaco duas passagens em especial em que parece não haver uma distinção clara entre os dois conceitos e que, portanto, permitiriam sustentar a alegação de que não há qualquer diferença entre o númeno e a coisa em si mesma. No trigésimo parágrafo escreve Kant: “Eis porque os conceitos do entendimento puro não têm nenhuma significação, quando se afastam dos objetos da experiência e querem ser relacionados apenas coisas em si mesmas (noumenas)”<sup>2</sup>. E no parágrafo 59 acrescenta:

O mundo dos sentidos contém meros fenômenos, que ainda não são coisas em si mesmas, estas últimas (noumenas) devem ser admitidas pelo entendimento, justamente pelo fato de se conhecer os objetos da experiência como simples fenômenos. Ambos são abarcados pela razão, e surge a questão: como procede a razão para limitar o entendimento em relação aos campos?<sup>3</sup>

Tanto o númeno quanto a coisa em si mesma para Kant são formas de pensar o que está para além dos limites da experiência possível, contudo, resta saber qual relação há entre os dois, isto é, se têm significados diferentes dentro do sistema kantiano, se são equivalentes ou se não podemos decidir nada sobre eles porque têm um sentido apenas negativo. Nesta medida devemos investigar se por númeno é designado o conceito de coisa em si e se esta perspectiva é coerente com o ponto de vista kantiano.

A coisa em si mesma tratada como positivamente incognoscível pode ser considerada equivalente ao númeno na medida em que ambos são tratados como “cognoscíveis em sentido negativo”. Quer dizer, como ambos estão para além dos limites da experiência, não estão submetidos às formas da nossa intuição sensível e, conseqüentemente, não podem ser pensados segundo os conceitos do entendimento que unificam o múltiplo dado em uma intuição. Ora, mesmo que se diga apenas que o conceito de númeno tem a função de determinar os limites do alcance do entendimento e que o conceito de coisa em si mesma não tem qualquer

---

<sup>2</sup> KANT. *Prolegômenos*, § 30, p. 143.

<sup>3</sup> *Ibid.*, § 59, p. 177.

papel epistemológico dentro do sistema crítico, deve-se ter claro que aceitar as duas afirmações já seria estabelecer uma diferença entre os termos no idealismo transcendental. Por outro lado, assumir que haja a completa identificação dos conceitos de coisa em si e númenos poderia despertar uma nova discussão sobre os verdadeiros limites determinados por Kant para o conhecimento do mundo não sensível. Todavia, na *Crítica da razão pura*, tanto na “Estética Transcendental” como na “Analítica Transcendental”, ao tratar do princípio da distinção de todos os objetos em geral em fenômenos e númenos, Kant parece assinalar a possibilidade de distinguirmos os conceitos em questão.

Nos *Prolegômenos*, contudo, Kant indica que o entendimento ao tomar um objeto como fenômeno produz simultaneamente uma representação do objeto em si, o que pode equivocadamente levá-lo a julgar que lhe seria possível formar conceitos deste tipo de ser, isto é, que o objeto em si poderia ser pensado pelos conceitos puros do entendimento, e, neste sentido, ter-se-ia como determinado o conceito de um ser que como ser do entendimento é um conceito totalmente indeterminado:

... quando consideramos os objetos dos sentidos — como é justo — simples fenômenos, então admitimos, ao mesmo tempo, que uma coisa em si mesma lhes serve de fundamento, apesar de não conhecermos como é constituída em si mesma, mas apenas seu fenômeno, isto é, a maneira como nossos sentidos são afetados por este algo desconhecido. O entendimento, portanto, justamente por admitir fenômenos, aceita também a existência das coisas em si mesmas, donde podemos afirmar que a representação de tais seres, que servem de fundamento aos fenômenos, e, por conseguinte, a representação de simples seres inteligíveis, não é só admissível como inevitável.<sup>4</sup>

O objeto em si mesmo pensado como númeno tem unicamente um sentido negativo para o homem na medida em que ele não é capaz de uma intuição intelectual. Porém, se pensado por uma intuição diferente da sensível, isto é, uma intuição intelectual, tem um sentido positivo, mas o homem não pode nem sequer compreender a possibilidade de tal intuição.

A doutrina da sensibilidade é, nesta medida, também a doutrina dos númenos em sentido negativo, visto que o entendimento produz simultaneamente ao que toma por fenômeno a representação de um objeto em si. Mas, em relação a este objeto pensado nele mesmo, o homem não pode fazer uso das suas categorias,

---

<sup>4</sup> KANT. *Prolegômenos*, § 32, p. 144.

visto que as últimas só adquirem significado quando ligadas às formas da intuição, quer dizer, às determinações das intuições do espaço e do tempo. O núneno, entretanto, não se encontra em relação à unidade do tempo e não há sentido em pressupor que as categorias podem ser aplicadas para conhecê-lo. Deste modo, nem a compreensão da maneira como este algo que, caso fossemos capazes de intuir intelectualmente, pudesse ser representado segundo as categorias é possível de ser alcançada. E, como a existência de algo não fica provada pela simples demonstração de que o seu conceito não é em si contraditório, mas apenas quando o conceito é determinado por uma intuição que lhe é correspondente, o núneno em sentido positivo só poderia ser alcançado por uma intuição diferente da nossa.

A partir das categorias não se pensa o modo da sensibilidade em que objetos particulares são dados e sim os objetos em geral, mas isso não nos habilita a pensar os objetos em si mesmos. Kant se refere ao conceito de núneno, em sentido positivo, como um conceito problemático, quer dizer, um conceito que apesar de não encerrar nenhuma contradição não pode ser conhecido em sua realidade objetiva, mas que está encadeado com outros conceitos na medida em que os limita.

O núneno entendido em seu sentido positivo não é um conceito contraditório, porque a possibilidade de uma intuição sensível não exclui a possibilidade de uma intuição intelectual. E ainda, o conceito de núneno se faz necessário para limitar a validade objetiva do conhecimento sensível, isto é, para limitar a extensão da intuição sensível que não deve estender o seu domínio para as coisas em si. Neste sentido escreve Kant na “Analítica dos Princípios” na *Crítica*:

Mas, em definitivo, não é possível compreender a possibilidade de tais númenos e o que se estende para além da esfera dos fenômenos é (para nós) vazio; quer dizer, temos um entendimento que, problemáticamente, se estende para além dos fenômenos, mas não temos nenhuma intuição, nem sequer o conceito de uma intuição possível, pelo meio da qual nos sejam dados objetos fora do campo da sensibilidade, e assim o entendimento possa ser usado assertoricamente para além da sensibilidade. O conceito de um núneno é, pois um conceito-limite para cercear a pretensão da sensibilidade e, portanto, para uso simplesmente negativo. Mas nem por isso é uma ficção arbitrária, pelo contrário, encadeia-se com a limitação da

sensibilidade, sem, todavia poder estabelecer algo de positivo fora do âmbito desta.<sup>5</sup>

Entretanto, isso não significa que o conceito de númeno tenha de ser identificado com o conceito de coisa em si mesma. Pois, apesar de ambos desempenharem a função de delimitar o âmbito em que — tanto para o entendimento como para a razão — os objetos podem ser determinados e também, em um sentido positivo, de terem a qualidade de caracterizar um espaço problemático para além destes limites, apesar disso, podemos encontrar momentos na *Crítica* em que Kant define as coisas em si mesmas como aquilo que deve ser pensado como o “verdadeiro correlato da sensibilidade”<sup>6</sup> — definição que é atribuída apenas às coisas em si mesmas e não a tudo o que Kant se refere como númeno. A posição defendida por Kant segue o argumento apresentado no segundo prefácio da *Crítica*, de acordo com o qual é verdadeiramente absurdo pensar que pode haver representações de algo que não existe, ou melhor, que há fenômenos sem que haja algo que aparece. Esta perspectiva, entretanto, deu origem a inúmeros ataques contra a teoria kantiana na medida em que parecia imputar um caráter dogmático à filosofia crítica.

## 1.2.

### **A coisa em si mesma e o objeto transcendental**

O conceito de coisa em si mesma se aproxima do conceito de objeto transcendental quando a pensamos como um “puro X”, isto é, como uma completa incógnita. A necessidade de pensarmos esse conceito parece ser uma decorrência teórica da posição adotada já no segundo prefácio da *Crítica*, a saber, de considerar absurdo que a sensibilidade possa ser afetada sem que haja um correlato para ela. Em diversos momentos o objeto transcendental aparece segundo definições semelhantes às que Kant utiliza para tratar a coisa em si mesma, entre eles destaco, ainda na “Estética Transcendental”, quando Kant, ao apontar a inexistência em si do espaço como algo exterior e não simplesmente como forma da intuição, e, portanto, ao afirmar também a presença do objeto

---

<sup>5</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, A 255 / B 310.

<sup>6</sup> *Ibid.*, A 30 / B 45.

empírico apenas sob as condições da sensibilidade, indica a impossibilidade de qualquer conhecimento do objeto transcendental: “(...) o objeto transcendental, porém, mantém-se desconhecido para nós”.<sup>7</sup>

Em seguida, na “Analítica Transcendental” Kant afirma: “Ora esses fenômenos não são coisas em si, somente representações que, por sua vez, têm o seu objeto, o qual, por consequência, não pode ser já intuído por nós, por isso, é designado por objeto não empírico, isto é, transcendental = X”.<sup>8</sup> E ainda, na “Anfibolia dos conceitos de reflexão”,<sup>9</sup> como assinala Paulo R. Licht dos Santos no seu artigo “A teoria do objeto transcendental”<sup>10</sup>, Kant deixa entender que o objeto em si mesmo é pensado pelo entendimento como objeto transcendental na medida em que é causa e fundamento dos fenômenos. Neste sentido, indica Santos, podemos pensar o objeto transcendental em sentido negativo de três maneiras, a saber, primeiro, como não sendo representação; segundo, como não sendo imanente à nossa consciência, uma vez que pensado como exterior às nossas representações, e, por último, como incognoscível, na medida em que não pode ser determinado por predicados.

Em outros momentos na *Crítica*, todavia, Kant se refere ao objeto transcendental como sinônimo de númeno e ao último, por sua vez, como se tivesse significado semelhante ao de coisa em si, o que torna a discussão sobre o sentido destes termos e a relação entre eles ainda mais obscuros. Como podemos observar na “Dialética Transcendental”: “(...) esse algo, que está na base dos nossos fenômenos externos, que afeta o nosso sentido, de tal maneira que este recebe as representações de espaço, matéria, figura, etc., esse algo, considerado como númeno (ou melhor, como objeto transcendental)”<sup>11</sup>.

O objeto transcendental pode ainda ser entendido a partir de sua relação com a apercepção transcendental. Neste sentido, é necessário investigar se não há, como defendem Strawson e Caygill, uma identificação ou mesmo uma 'conversão por metamorfose' do objeto transcendental em sujeito transcendental. O que poderia ter origem quando Kant não se limita à interpretação segundo a qual o

<sup>7</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, A 46 / B 63.

<sup>8</sup> Ibid., A 109.

<sup>9</sup> Cf. Dos SANTOS. A teoria do objeto transcendental, *Analytica*, pp. 109-148.

<sup>10</sup> Ibid., p. 115.

<sup>11</sup> KANT. op. cit., A 358.

objeto transcendental é definido como fundamento das aparências e acrescenta que ele é a razão pela qual a nossa sensibilidade está submetida a determinadas condições supremas e não a outras possíveis.

Um objeto deve ser entendido como transcendental se não pode ser referido a nenhuma intuição pelo pensamento e, neste caso, o conceito do entendimento tem apenas um uso transcendental, quer dizer “exprime a unidade do pensamento de um diverso em geral”. Entretanto, por meio de uma categoria pura, isto é, através de um conceito puro do entendimento em que se abstraiu de toda intuição sensível, pode-se exprimir o pensamento de um objeto em geral e isso segundo diversos modos. Mas não é possível determinar um objeto apenas por categorias, haja vista que para o uso de um conceito é exigido ainda que um objeto dado seja subsumido no conceito, ou melhor, que seja fornecida ao menos a condição formal mediante a qual alguma coisa possa ser dada na intuição.

Kant afirma, neste sentido, que o uso meramente transcendental das categorias não é na realidade uso algum e não serve para conhecer algo na medida em que não tem nem mesmo qualquer objeto determinável. Assim, os princípios do entendimento puro têm somente uso empírico e a categoria pura, sozinha, não satisfaz a condição necessária para a formação de nenhum juízo sintético *a priori*, visto que estes estão restritos ao campo da experiência possível. Nas palavras de Kant: “Todos os conceitos, e com eles todos os princípios, conquanto possíveis *a priori*, referem-se, não obstante, a intuições empíricas, isto é, a dados para a experiência possível”<sup>12</sup>.

Em outras palavras, as categorias puras, apesar de possuírem significado transcendental na referência ao objeto transcendental, quando abstraídas as condições formais da sensibilidade não têm, todavia uso transcendental, uma vez que não há um objeto possível que, conforme as condições da subsunção possa ser subsumido sob estes conceitos. Os conceitos que não estão referidos a intuições empíricas não são mais que um jogo do entendimento ou da imaginação com suas representações e sem validade objetiva. O que quer dizer, por exemplo, que um conceito abstrato se dele é pretendido que signifique algo, o seu significado tem de ser evidenciado pelos fenômenos, tem de tornar-se sensível, ou melhor, deve-se encontrar na intuição um objeto que lhe corresponda.

---

<sup>12</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, A 239 / B 298.

### 1.3. Objetivos

A presente tese se divide em três capítulos. O primeiro é dedicado ao conceito de númeno. Estabelecemos como ponto de partida a concepção de númeno apresentada na *Dissertação* e seguimos seus desdobramentos na *Crítica da razão pura* até a sua reformulação, na segunda edição, que parece revelar a perspectiva mais amadurecida de Kant. O segundo capítulo trata do objeto transcendental. Aqui assumimos a tarefa de analisar os diferentes modos como o conceito de objeto transcendental é caracterizado ao longo da *Crítica*. O que correspondeu, nesta etapa da tese, a procurarmos determinar o significado de *objeto* na filosofia crítica e, depois, tendo como fio condutor a teoria do objeto transcendental apresentada na "dedução subjetiva", investigarmos as conexões do seu conceito com o conceito de coisa em si e com a apercepção transcendental. O terceiro capítulo tem como tema a coisa em si e, de modo geral, o propósito que o guia é examinar a relação entre o conceito de coisa em si e o idealismo transcendental.

Em linhas gerais, o que pretendemos é verificar se a adoção da concepção puramente epistemológica de objeto nos aproxima da sua definição enquanto correlato de uma faculdade cognitiva. Assim, objetos do entendimento seriam descritos como númenos e objetos da sensibilidade como fenômenos. Este movimento nos permitiria estabelecer uma relação entre a comparação das representações das faculdades com os respectivos objetos dessas faculdades. Em outras palavras, poderíamos considerar que pela reflexão transcendental não apenas comparamos as representações com as faculdades de conhecimento a fim de decidir em qual delas, essas representações, têm origem. Mas, também, comparamos as representações com o seu objeto, isto é, se devem ser consideradas como objetos sensíveis ou numênicos. Este é um ponto importante para entendermos o papel da reflexão transcendental no idealismo crítico.

Veremos que a concepção epistemológica de objeto já se encontra delineada na *Dissertação*. Mas uma diferença clara que podemos encontrar é que mesmo aqueles que consideram haver ensejo para a acusação, na *Dissertação*, de que Kant pressupõe a possibilidade de se conceber o númeno positivamente, mesmo aqueles, devem reconhecer que Kant é bem mais rigoroso na *Crítica*. Não há, na



última, nenhuma defesa de que númenos são objetos que possam ser determinados por uma intuição não-sensível. Há apenas o reconhecimento de que não podemos negar nem afirmar a possibilidade de um outro tipo de intuição a que corresponda um outro tipo de objeto. Estabelece-se assim a concepção de objeto numênico como correlato de um modo de conhecimento não-sensível. E nós somos levados a pensar em tal sorte de objetos pela constatação dos limites de nossas representações sensíveis.

A pergunta que parece mais natural neste momento é: o que nos permite reconhecer os limites do nosso conhecimento? Esperamos encontrar um caminho para responder esta questão na seção sobre a anfibolia dos conceitos da reflexão. Antes, no entanto, para que a solução que devemos encontrar ao final do percurso sugerido tenha o seu significado esclarecido, temos de nos afastar da interpretação de acordo com a qual coisas em si mesmas e fenômenos são tratados como dois tipos de objetos de naturezas diferentes. Isto é, devemos considerar que quando pensamos o objeto nele mesmo estamos apenas assumindo uma perspectiva diferente sobre um mesmo objeto.

A concepção epistemológica de objeto vem em nosso auxílio nesta tarefa. Se pensarmos que os fenômenos são considerados fenômenos porque são representados segundo as formas da sensibilidade, tendo em vista que a função da reflexão transcendental é comparar as representações umas com as outras e estabelecer a faculdade em que têm sede, pensar os objetos abstraídos de suas condições sensíveis é pensar objetos qualitativamente distintos. Nesta medida, quando consideramos os objetos como eles são neles mesmos, estamos na verdade pensando-os abstraídos das condições unicamente sob as quais eles podem afetar a nossa mente, quer dizer, como objetos não-sensíveis.

Podemos perceber que Kant tem de enfrentar duas dificuldades diretamente ligadas, a saber, oferecer uma justificação para considerarmos os objetos como fenômenos ao mesmo tempo em que não pode permitir que tenhamos qualquer conhecimento sobre as coisas em si mesmas. Em outras palavras, deve legitimar um conhecimento que está limitado às representações de objetos, mas que não pode representar o objeto como ele é nele mesmo — o que nos traz de volta à anfibolia.

A seção sobre a anfibolia dos conceitos da reflexão é geralmente descrita como um ataque à filosofia de Leibniz, mas o que se deve observar é que Kant,

não apenas condena o uso anfibológico dos conceitos da reflexão, mas também empreende então uma defesa do realismo empírico. Quer dizer, não se trata apenas confirmar que a não adoção do ponto de vista transcendental resultou no engano de se tomar representações por coisas em si mesmas, mas também está em jogo legitimar o conhecimento empírico.

Reformulando a questão apresentada acima, o problema que temos de lidar é encontrar uma justificção para a referêcia de uma representao a um objeto no idealismo transcendental. E aqui somos remetidos à teoria do objeto transcendental, pois, se por um lado temos de encontrar uma explicao para a possibilidade e a necessidade de adotarmos um ponto de vista transcendental sobre o objeto, por outro, temos de mostrar que nossas representoes têm validade objetiva. E este movimento nos levará a duas concepções do objeto transcendental, a saber, como coisa considerada em si mesma e como apercepção transcendental.

Primeiro, nos preocuparemos em esclarecer que considerar uma coisa como ela é nela mesma é o mesmo que, como foi dito, pensá-la abstraída das condições sensíveis. Como não temos um intelecto divino com o qual comparar nosso conhecimento e assim aferir o grau de correção e adequação que possui, e também não temos acesso ao objeto nele mesmo, podermos considerar o objeto fora das condições da nossa sensibilidade é o que nos permite comparar nossas representoes com um objeto. Comparamos nossas representoes com a representao de um objeto que não está submetido às mesmas condições que são exigidas para que algo nos afete.

Considerar um objeto abstraído de sua relação com as faculdades cognitivas do homem é considerá-lo como um algo em geral = X. Um objeto que não pode ser representado sensivelmente, isto é, que não esteja condicionado às formas do tempo e do espaço, e ao qual as categorias não possam ser aplicadas uma vez que não têm o que ligar, este objeto só pode ser representado de um modo completamente indeterminado: como um algo em geral = X. A partir da definição de objeto transcendental pensado como um algo = X tentaremos mostrar que na “Dedução”, o que é associado por Kant à apercepção transcendental não é o objeto em si mesmo, mas o conceito de um objeto pensado em si mesmo.

Antes de se concluir a Tese, deve-se ter claro que o númeno pode ser descrito em seus sentidos negativo e positivo. Pelo último somos postos diante de

um problema inevitável de pensarmos que possa haver um outro tipo de intuição e um outro tipo de objeto que não os sensíveis. Pelo primeiro, o númeno em seu sentido negativo, somos alertados para os limites do nosso conhecimento, e sua formulação o aproxima do objeto transcendental. Neste sentido, veremos que a adoção da perspectiva transcendental sobre o objeto é decorrente da estrutura e dos limites do nosso sistema cognitivo.

Por último, será necessário confrontar a interpretação aqui defendida com a teoria da afecção transcendental e verificar se, na tentativa de encontrar as fundações do idealismo transcendental, não acabamos por baseá-lo em um terreno ainda mais movediço.